

PARRHESIA: PRECEITOS CONTRIBUTIVOS À PRÁTICA DA MAÇONARIA
PARRHESIA: CONTRIUTIVE PERCEPTS TO THE PARTICE OF FRREMASONRYLuiz Anildo Anacleto da Silva ¹

RESUMO: Neste estudo, o objetivo foi de descrever em um breve constructo teórico e refletir sobre o termo parrhesia, desenvolvido a partir da obra de Michel Foucault e que contribuições este constructo teórico poderia contribuir para a prática da maçonaria. Os resultados do mostram a importância de conhecer-se com mais especificidade, os conceitos que definem, estruturam e dão consecução a concepção de parrhesia, assim como tecer uma série de considerações em relação aos critérios de verdade, em especial, no que se refere ao contraponto entre o ceticismo e o relativismo. Neste estudo, abrange-se duas grandes acepções: a parrhesia como estratégia, compromisso moral, construção social, e aspectos teóricos que envolvem os critérios filosóficos que dão base aos preceitos de verdade. O ceticismo parte da pressuposição uma atitude que coloca em dúvida a concepção de verdade ou conhecimento absoluto. No ceticismo questiona-se tudo o que é apresentado como verdade, não aceita o dogmatismo, fenômenos religiosos ou metafísicos. O ceticismo nega de todas as formas a possibilidade de conhecer a verdade. A concepção relativista nega toda a verdade, ficando o critério de verdade a cada indivíduo. No relativismo a verdade, pode existir, mas fica limitada em sua validade. Tal o subjetivismo, no relativismo toda verdade é relativa, tem sua validade restrita, já que não há uma verdade universalmente válida. Nesta a verdade relativa as suas próprias crenças, sua possibilidade de adquirir conhecimento é muito maior do que se a verdade fosse objetiva, deste modo, difícil de conhecer. Conclui-se que a elaboração de estudos desta natureza, de fundamento filosófico, contribui significativamente para agregar novos conhecimentos e contribuir para a formação geral e a agregação de novos conhecimentos que subsidiem a formação maçônica.

Palavras-chave: Filosofia. Parrhesia. Franco falar. Verdade.

ABSTRACT: In this study, the aim was to describe in a brief theoretical construct and reflect on the term parrhesia, developed from the work of Michel Foucault and what contributions this theoretical construct could contribute to the practice of Freemasonry. The results show the importance of knowing oneself, more specifically, the concepts of parrhesia, as well as weave a series of considerations in relation to the criteria of truth, in particular, with regard to the counterpoint between scepticism and relativism. Parrhesia as a strategy, moral commitment, social construction, and theoretical aspects that involve the philosophical criteria that underlie the truth precepts. Scepticism starts from the presupposition of an attitude that calls into question the conception of truth or knowledge. Scepticism questions everything that is presented as truth, does not accept dogmatism, religious or metaphysical phenomena. The scepticism anyway denies the possibility of knowing the truth. The relativist conception denies all absolute truth, leaving the criterion of truth to each individual. In relativism, truth may exist, but its validity is limited. Such subjectivism, in relativism all truth is relative, has its validity restricted, since there is no universally valid truth. In this truth concerning your own beliefs, your possibility of acquiring knowledge is much greater than if the truth were objective, thus difficult to know. It is concluded that the elaboration of studies of this nature, with philosophical foundation, significantly contributes to aggregating to the general education and aggregation of new knowledge and contributing to the general education and the aggregation of new knowledge that subsidize the Masonic formation.

Keywords: Philosophy. Parrhesia. Frank speaking. Truth.

¹ Membro da Loja Concórdia do Sul nº. 116, jurisdicionada ao Grande Oriente do Rio Grande do Sul. *E-mail:* luiz.anildo@yahoo.com.br.

1. INTRODUÇÃO

O termo 'ascece', no sentido grego e romano de 'áskesis', tinha um papel de definir o vínculo entre sujeito e verdade. A ascese neste contexto, constitui o sujeito comprometido com a veracidade. Desta forma, a técnica e ética do discurso verdadeiro não está centrada no problema da palavra, mas, essencialmente se refere ao compromisso com a verdade, que se tem que dizer, deve e pode dizer. Com referência ao termo parrhesia que se acena a moral e as atitudes morais, para tanto, aqui os termos se conectam com as questões que envolvem o Ethos e a Tékhne que são condicionantes indispensáveis na constituição do discurso verdadeiro e, consequentemente, sujeitas a veracidade de si, para si mesmo (FOUCAULT, 2010a).

O termo parrhesia etimologicamente refere-se ao 'tudo dizer' (a verdade), ou seja, na parrhesia se diz tudo, nesta se utiliza da franqueza, da liberdade, da abertura, que faculta aos sujeitos dizer o que realmente significa o fato, a ação ou o constructo teórico, quando se tem vontade de dizer, nas maneiras de proferir e, seguidamente, a forma que se crê ser necessário dizer. O termo parrhesia está ligado à escolha, à decisão, à atitude de quem fala, ou seja, a liberdade de quem fala. Nesta concepção, a verdade é prevalente.

O termo parrhesia foi traduzindo para o latim como 'libertas' e para o francês como 'franc-parlier' ou o franco-falar. Um dos aspectos mais originais referentes a palavra parrhesia está atrelada ao compromisso de 'dizer tudo'. No que concerne à questão da virtude pessoal infere Foucault (2010b), que algumas pessoas têm a parrhesia, entretanto, outras não as têm, assim como há aqueles que a utilizam em detrimento as outrem que não a buscam e não se servem desta, ou ainda, este não é um preceito que fundamenta as suas atitudes. Porquanto, estima-se que a adoção da parrhesia se constitui em um modo de ser e viver, embasados em princípios morais e éticos, para qual os sujeitos assumem a responsabilidade, o dever, de proferirem a verdade, de serem corretos, já que, o interlocutor tem o direito de ouvir aquilo que, substancialmente tem base em preceitos verdadeiros e, procuram descrever o objeto de forma esmerada. Para Pinheiro (2021) a busca pela verdade é múltipla e complexa, haja vista, que a sua incessante procura esteja vinculada a supressão da dúvida, seguida da observação, da sistematização

da realidade, da catalogação, dos registros, das análises das variáveis.

Desta forma, a virtude se expressa na parrhesia, se converte em forma de dever e de técnica que deve encontrar naquele que a conduz a consciência de outros e os auxilia a compor uma relação consigo mesmo. Dito de outra forma: não há forma de cuidar de si mesmo, sem se preocupar consigo mesmo, sem que se estabeleça uma relação com o cuidado do outro (FOUCAULT, 2010a). O cuidado descrito por Foucault (2010a), também nominado como 'epimeléia heautoû', concepção Platônica que significa o 'cuidado de si' ou 'práticas de si' conferem aos sujeitos realizarem transformações sobre seus corpos, suas almas, modos de ser e ver, pensar e rever comportamentos, na busca de sabedoria, consignada com a perfeição, pureza e felicidade. Associa-se a este constructo teórico, o conceito de 'gnôthi seautón', que basicamente significa 'conhece-te a ti mesmo' Socrático, ou seja, refere-se ao conhecimento do sujeito, ou ainda, do conhecimento do sujeito por ele mesmo, das relações que se estabelecem entre sujeito e verdade (FOUCAULT, 2010). De maneira análoga, assemelha-se a proposta maçônica do desbaste da pedra bruta, em que o 'sempre aprendiz' procura continuamente aplainar as asperezas e buscar a verdadeira luz (Melo, 2019). Concebe-se que no contínuo processo de aperfeiçoamento de si mesmo a verdade mediará a relação entre os sujeitos. O objetivo deste texto, de ordem descritivo, exploratório e reflexivo, está em descrever um breve constructo teórico, para poder refletir sobre o termo parrhesia/ verdade e a importância deste, na prática maçônica.

2. MÉTODO

Metodologicamente, este estudo pode ser classificado como descritivo, exploratório e reflexivo. Este método, permite ao pesquisador aumentar sua experiência em torno de um determinado assunto e visa ao autor criar maior familiaridade em relação ao fato ou fenômeno. A busca de dados deu-se em livros e revistas ligadas a filosofia e maçonaria. Em razão da dimensão textual, tratou-se da parrhesia e as suas concepções adjacentes e de forma realizou-se um recorte com enfoque no ceticismo e o relativismo como critério de verdade.

3. RESULTADOS

O exercício da parrhesia, ou seja, o compromisso com a verdade, encontra duas formas que lhes são adversas e podem comprometer a sua prática: o primeiro deles é um adversário moral, que se refere a lisonja. O segundo é um adversário técnico, que alude a retórica. Neste contexto, a lisonja é o inimigo da parrhesia. O franco-falar deve dispensar a lisonja e dela livrar-se. Quanto a retórica, o franco-falar deve refletir e se necessário, libertar-se dela, mas não necessariamente expulsá-la ou excluí-la, já que esta, respeitado os limites tacitamente definidos, pode ser verdadeiramente necessária. Como pode se observar, a lisonja (Kolakeía em grego) seguramente, é a adversária do franco-falar (FOUCAULT, 2010b). Diferentemente da lisonja, a retórica pode ser utilizada para enaltecer ou esmorecer pessoas ou grupos. Encontra-se na literatura diferentes autores que se dedicaram ao estudo da lisonja, entre estes, Filodemo e Plutarco que escreveu um tratado sobre a atitude de distinguir um amigo verdadeiro de um lisonjeador. Nas cartas de Sêneca estão repletas de conceitos no que se refere a lisonja (FOUCAULT, 2010a). Na acepção de Plutarco citado por Costa (2017), a lisonja não é tão-somente opositora da parrhesia, mas sim, uma inimiga.

Porque a lisonja tem toda essa expressividade no que se refere ao franco-falar? O que faz com que a lisonja seja um risco moral a prática de si, na tecnologia de si mesmo? A questão que a lisonja tem em outra extremidade outro grande defeito que é cólera. A lisonja é uma forma de um sujeito em plano inferior pessoal, social e profissional, utilizar-se em benefício próprio o poder de abstrair ganhos de seu superior. Fato que fez Plutarco, assim se referir ao lisonjeador: *“trata-se de um ator que se prevalece da vulnerabilidade do lisonjeado, que enlevado por sua vaidade, aproveita-se o bajulador para valer-se de seu poder”* (COSTA, 2017, P. 354).

Em se tratando de vícios, embora não pareça, a lisonja e a cólera têm similitudes, que são as relações entre superiores e subalternos. O que seria a cólera? A cólera é o arrebatamento violento de alguém em relação ao outro, sendo que o sujeito encolerizado encontra-se no direito de usar o seu poder e dele abusar. Normalmente, as atitudes coléricas ocorrem em uma relação hierárquica evidente, sejam escrachadas ou veladas de um superior em relação a quem esteja em um plano inferior. Isso pode

acontecer entre o pai e seus filhos, entre patrão e empregado, entre o homem e a mulher, do general e a sua tropa, entre o príncipe e seus súditos, ou seja, a relação colérica entre os sujeitos, normalmente é vertical descendente. Já a lisonja é ascendente vertical. O grande problema que o sujeito encolerizado perde o controle da razão, de si mesmo, na medida que perde o domínio sobre os outros e pode incorrer em não verdades (FOUCAULT, 2010a). Para Aristóteles, o grande problema da cólera é o excesso, a falta de um meio-termo, haja vista, que a cólera está em um extremo, que leva os sujeitos a irascibilidade. O eminente filósofo ainda alerta, para ter-se cuidado entre os obsequiosos e lisonjeadores. Precisa-se ter cuidado para dirimir o que um e outra.

A lisonja, constitui-se um problema oposto a cólera. Então, o que efetivamente é a lisonja? Se a cólera é o abuso do poder pelo superior em relação ao inferior, a lisonja é forma que se aproveita o sujeito em uma situação inferior, e se utiliza da bajulação para auferir um poder maior que se encontra junto a um sujeito que se encontra em um plano superior, assim como também obter favores, benevolência. Assim, o lisonjeador procura obter alguma forma de aproximação, de ganho de poder, de galgar regalias do superior, o que ele quer, ou seja, o lisonjeador utiliza-se da linguagem para obter do superior o que ele quer (FOUCAULT, 2010a). Aristóteles traz uma concepção um tanto diferenciada quanto a questão da lisonja: em decorrência da ambição, parecem preferir ser amadas a amar. Por esta razão, os homens veneram a lisonja, sendo o lisonjeador uma pessoa que está no nível inferior e, em assim sendo, prefere amar do que ser amado (VARNIER, 2017).

A questão da lisonja é tão séria quanto antiga, assim como a sua relação com a verdade. Maquiavel (1996), na sua obra-prima ‘O príncipe’, dedica um capítulo inteiro (XXIII) para tratar dos adulares, como assim ele os nomeia. Para Maquiavel, os governos estão cheios de sabujos e que estes muitas vezes têm comportamentos desprezíveis, porque a transcendência das adulações não está o compromisso de falar a verdade. Recomenda Maquiavel, que os homens de governo devem escolher pessoas sábias para lhe assessorar, em que estes teriam o compromisso de falar a verdade sempre que fossem consultados e nada mais. Assim, o governante, de posse destas informações pode deliberar sozinho,

como achar melhor. Diz Maquiavel em relação aos sábios, conselheiros do príncipe: que em termos comportamentais, quando mais francamente estes falarem, mais eles poderão ser aceitos.

Nas entrelinhas, o lisonjeador obtém ganhos do superior, fazendo-o acreditar que ele é mais belo, mais rico, mais poderoso, do que realmente é. Assim, o adulator quando consegue desviar ou abstrair o poder do superior, se verá com mais qualidades, forças e poderes. Percebe-se neste um sujeito perverso que impede que se conheça a si mesmo, como realmente se é, portanto, o lisonjeador interfere ao superior de ocupar-se consigo mesmo utilizando-se de um discurso mentiroso, pela insuficiência em que se encontra em relação a si mesmo (FOUCAULT, 2010a).

No que se refere a retórica, que não chega a ser um adversário da parrhesia, razão que podemos defini-la como uma técnica em que seus procedimentos não têm finalidade de estabelecer uma verdade, contudo, pode-se utilizar da retórica para dar sentido a um fato ou a uma mentira. Quintiliano, diz que a retórica é uma técnica, que, por conseguinte, refere-se a verdade, mas a verdade tal como é concebida por aquele que fala, não necessariamente o fato do discurso daquele que fala. Assim, o autor ora citado mostra que a retórica, enquanto técnica está atrelada a uma verdade conhecida, nominada por aquele que fala, mas não está consignada com a verdade daquilo que é dito ou de seu destino. Trata-se, portanto, de uma arte vinculada com a verdade, mas, com efeito, pode se constituir em uma não verdade. Então, a cólera, em especial, a lisonja, não tem compromisso com a verdade e a retórica, pode ora estar ou não estar comprometida com a verdade (FOUCAULT, 2010a).

Refere Foucault (2010b) que existem diferentes maneiras de proferir a verdade: seja esta uma estratégia de declaração e persuasão? É uma maneira de ensinar? De discutir? Sobre estas questões Foucault traz algumas questões a serem consideradas. No que se refere a primeira, pode-se auferir que a parrhesia não é uma estratégia de expressão, mesmo esta possa a parrhesia possa utilizar termos de esclarecimento, pode a parrhesia aparecer em certas demonstrações, mas não é manifestação, tampouco a estrutura racional do discurso. Embora se faça uma série de considerações, a parrhesia não pode ser considerada estratégia de persuasão. A parrhesia também não é pedagogia, técnica

de ensino, fato que, sendo a parrhesia uma forma de se dizer a verdade, não significa que isso seja uma técnica de ensinar. Por fim, a parrhesia não é um modo de discutir, razão que na discussão existe um estratagema que permite a um destes triunfar naquilo que se acredita ser verdadeiro.

A parrhesia enquanto formulação da verdade pode ser estabelecida em dois níveis: no primeiro plano que se refere ao enunciado da própria verdade e o segundo menciona o ato parresiástico, que é a afirmação da verdade enunciada, estimada, pensada, efetiva e autenticamente verdadeira. Neste sentido, reforça o autor, só haverá parrhesia, quando na enunciação da verdade, houver liberdade e o sujeito possa efetivamente enunciar a verdade. Sinteticamente, pode-se dizer que a parrhesia é uma maneira de falar, de dizer a verdade (FOUCAULT, 2010b).

Na parrhesia, só pode haver verdade, sendo que, onde não houver verdade, não haverá o franco-falar. A parrhesia é a transmissão despida, que expõem a própria característica da verdade. Esta assevera de forma direta do discurso verdadeiro de quem já possui e para quem deve recebê-lo. Portanto, é a parrhesia o instrumento que permite a transmissão na sua forma despojada, sem adereços, da verdade no discurso verdadeiro (FOUCAULT, 2010a).

Portanto, por ora, muitas vezes necessitamos recorrer a uma técnica e uma ética do silêncio, da escuta, também é uma técnica do discurso verdadeiro. Na maçonaria, em um primeiro momento, o silêncio poderia ser entendido como uma configuração de condicionamento ou castigo. Todavia, na realidade, o silêncio, a meditação e o raciocínio, são formas de liberar-se das paixões e dos maus pensamentos, sendo que, o Maçom apreende o que ouve e tudo o que vê. O silêncio permite ao Maçom ouvir seus irmãos e em especial, ouvir sua voz interior, assim, o silêncio na Maçonaria, estimula os irmãos a arte de pensar a verdadeira e altiva arte real (FADISTA, 2013). Na Maçonaria, o silêncio está estreitamente ligado ao mistério, à prudência e à segurança. Portanto, é meritório que o Maçom deva pensar duas vezes antes de lançar de si opinião, já que esta refere-se ao um auto pressuposto e pode não ter veracidade, mas sim, o Maçom tem a obrigação de ser verdadeiro, em utilizar palavras de contornos corretos, já que tem o compromisso moral de não ofender quem o

escute (DA CAMINO, 2017). Entre o verdadeiro em detrimento ao não verdadeiro, o silêncio é uma excelente estratégia de complementação a parrhesia.

4. SOBRE CRITÉRIOS DE VERDADE

Parrhesia se refere a atitudes, comportamentos e compromissos sociais no que tange a emissão da verdade e das questões atinentes ao verdadeiro. Por outro lado, os critérios de verdade nos permitem situar-nos em relação à teoria que a sustenta. Conceitualmente, a verdade do conhecimento se estabelece pela relação de concordância do conteúdo do pensamento com o objeto. Nesta forma de ver, a “essência do conhecimento está estreitamente ligada ao conceito de verdade, assim, só o conhecimento verdadeiro é conceito efetivo” (HESSEN, 2012, P. 22-3). Neste entendimento, o conhecimento não verdadeiro não é efetivamente verdadeiro, mas erro e engano. O conceito transcendente de verdade, está relacionado a aquiescência do conteúdo do pensamento com o objeto, que se contrapõe ao conceito imanente de verdade, o qual refere que a essência da verdade não é atinente a relação do conteúdo do pensamento com algo que seja contraposto, que transcende, mas especificamente, no inteiro do próprio pensamento. Ou seja, a verdade é a aquiescência do pensamento consigo mesmo. Nesta forma de ver, um juízo tornar-se-á verdadeiro quando construído segundo as leis e normas de pensamento. Seguindo este preceito, pode-se entender que a verdade significa algo meramente formal (HESSEN, 2012).

O conceito de verdade está estreitamente vinculado a questão do critério de verdade. No idealismo lógico, a verdade significa a concordância do pensamento consigo mesmo. O reconhecimento da concordância está na ausência da não contradição, fato decorrente o pensamento concorda consigo mesmo e está livre de contradições. Desta forma, o conceito imanente ou idealista de verdade está intimamente arrolada a um critério de verdade, ou seja, a ausência de contradição. Embora, a ausência de contradição seja efetivamente um critério de verdade, este não é universal, tendo validade para o conhecimento geral, ele serve para algum determinado campo do conhecimento (HESSEN, 2012).

O campo referido é das ciências formais ou ideais, o pensamento não lida com

objetos reais, mas com elementos pensados, ideais, que permanecem em sua própria esfera. Assim, o juízo é verdadeiro quando construído segundo as leis e normas do pensamento. Contudo, esse critério não é adequado quando se trata de objetos reais para a consciência. Neste caso, necessitar-se-á de dados da consciência, para identificar os objetos e estabelecer juízos (HESSEN, 2012).

Em Kant a definição do vocábulo referente à verdade incide na concordância do conhecimento com seu objeto, admitindo-a e pressupondo-a saber, qual o critério geral e seguro de verdade de todo o conhecimento. Partindo-se do entendimento que o critério de verdade está na relação de um conhecimento com seu objeto, portanto, há de distinguir-se de outros, fato que um conhecimento é falso se não concorda com ao qual se refere, mesmo que contenha algo que poderia valer para outros objetos. Por visto, um critério geral de verdade seria aquele que pudessem ser validados para todos os conhecimentos, indistintamente de seus objetos (PASCAL, 2011).

Para Rosenfiel (2017) em Descartes, diz que a busca pela verdade encontra guarida no método, e quando faz esta alusão está referindo-se ao exercício da razão. O encontro com a verdade, para além e no sentido contrário ao dogmatismo, significa o encontro da razão consigo mesma num procedimento livre e metódico.

Desta forma, no que se refere ao conhecimento, considerando a simples forma (pondo de parte todo o conteúdo), é logicamente claro, enquanto se expõe as regras gerais e entendimento, deverá estas regras, exporem os critérios de verdade. Portanto, tudo que o contradiga é falso, decorrente do fato contrário com a regras do pensamento e, conseqüentemente consigo mesmo. Estes critérios, contudo, apenas a formas de verdade, ou seja, são certos, mas não suficientes. Desta forma, o critério puramente lógico da verdade, precisa estar consignado a um conhecimento com as leis gerais do entendimento e da razão (DESCARTES, 2017).

Se a verdade está relacionada a concordância de um conhecimento com seu objeto, este objeto tem que distinguir-se de outros, pois o conhecimento será falso se não concordar com o objeto em questão. Um critério geral de verdade seria aquele que fosse válido para todos os conhecimentos, sem distinções da relação ao objeto, embora, seja impossível

apresentar um critério universal de verdade (DESCARTES, 2017).

O ceticismo parte da pressuposição uma atitude que coloca em dúvida a concepção de verdade ou conhecimento absoluto. No ceticismo questiona-se tudo o que é apresentado como verdade, não aceita o dogmatismo, fenômenos religiosos ou metafísicos. O ceticismo nega de todas as formas a possibilidade de conhecer a verdade. No que se refere ao ceticismo ético o conhecimento ético, estes são considerados impossíveis. Já ceticismo metódico, como mostra definição, está vinculado a um método, sendo que este coloca em dúvida tudo o que apreça como e verdadeiro a consciência natural, assim elimina-se todas as inverdades e possibilitam atingir um conhecimento seguro (ZILLES, 1994).

A concepção relativista nega toda a verdade, ficando o critério de verdade a cada indivíduo. No relativismo a verdade, pode existir, mas fica limitada em sua validade. Tal o subjetivismo, no relativismo toda verdade é relativa, tem sua validade restrita. O pensamento relativista faz parte de uma corrente filosófica que aborda que a verdade não é superior ao passar do tempo, isto é, não é absoluta e sim mutável. Para um relativista todo ponto de vista é válido. Alguns critérios podem ser que podem ser utilizados no firmamento da verdade (ZILLES, 1994).

5. O CETICISMO

Para Descartes (2017), o critério da verdade se desloca do sujeito para o objeto, em que o fundamento da verdade está na razão, isto é, a verdade é gerada pela razão. Na busca da verdade, propõem Descartes, é preciso rejeitar tudo como absolutamente falso, tudo aquilo que em que se possa imaginar ou ter a menor dúvida. Portanto, a razão passa a ser a causa da verdade.

O método Cartesiano é composto de quatro regras: 1) *clareza e distinção* – só se deve aceitar como verdadeiro ao que se apresenta ao espírito de forma tão clara e distinta, no qual não tenha como duvidar; 2) *Análise* – no caso de dificuldades no conhecimento, dividi-las em tantas parcelas quanto forem necessárias para dar clareza e distinção as partes e assim solucionar o problema; 3) *Ordem* – deve-se conduzir os pensamentos do mais simples aos mais complexos ou compostos. Deve-se, portanto, estabelecer uma ordem entre as

ideias, quando estas não estiverem adequadamente ordenadas; 4) *Enumeração* – proceder às revisões e as enumerações para ter-se a certeza de que todos os elementos foram contemplados (SILVA, 1993).

A primeira regra conjectura duas atitudes em busca da verdade, a primeira refere-se a não formulação de juízos a partir de preconceitos e julgamentos, a não efetuar juízo até que os termos representados se evidenciem de maneira clara e distinta. É na primeira regra que melhor se observa o caráter da visão intelectual que a verdade tem para Descartes, ou seja, uma representação clara e distinta refere-se a aquela em que a verdade se manifesta a um espírito atento e compõe-se de dois requisitos: primeiro, a simplicidade ou a elementaridade; segundo, a separação de uma determinada representação em relação as demais, que poderiam com ela se confundir (SILVA, 1993).

Desta forma, se as condições metódicas forem cumpridas, a representação não poderá ser colocada em dúvida, a certeza do sujeito corresponder-se-á a evidência, que é uma visão objetiva da verdade. Nesta concepção, é no próprio método que o sujeito busca a representação no pensamento. O 'método', portanto, pode proporcionar uma verdade subjetiva, ou seja, no sujeito. Assim, 'a verdade é algo a ser procurado no próprio sujeito, na ciência que está neles mesmos' (SILVA, 1993, P. 32).

Ainda sobre a questão do método Cartesiano, este tem como característica a suposição da dúvida. Então, o método afere ao conhecimento verdadeiro, estabelecendo que tudo aquilo que não se reconhece como dotado de tais características deve ser colocado em dúvida. Situação em àquela que busca a verdade na evidência só pode aceitar o que apreça como claro e distinto, utilizando única e exclusivamente a razão para tornar evidente o conhecimento verdadeiro.

Diz Zilles (1994) como critério de verdade Descartes, adotou a concepção de uma ideia clara e distinta, ou seja, uma concepção que esteja clara na mente, onde o conteúdo, é suficientemente claro e permite distinguir de qualquer outra ideia, então, é uma ideia verdadeira. A ideia

distinta é, portanto, uma percepção presente e aberta à atenção da mente, em contraste, a ideia distinta, que aquela ideia clara de tal forma está separada e refinada de todas as outras e que não se encerra em si nada mais além daquilo que é claro. A ideia clara e distinta é aquela que resiste a todas as dúvidas. A ideia clara e distinta para Descartes estrutura-se em quatro propriedades: é *indubitável*, *intuitiva*, *infalível* e *inata*.

A *indubitabilidade* está vinculada ao 'penso, sou', pois é a própria dúvida que sedimenta a certeza, pois não é possível pôr em dúvida uma verdade conhecida. Já a intuição, refere-se a uma concepção que advém de um espírito 'são e atento, das simples luzes da razão'. A intuição na vertente cartesiana refere-se ao conhecimento da verdade evidente, independentemente de sua natureza. Sendo a intuição um 'ato simples e puramente intelectual, pois diz sempre e necessariamente o que é. Descartes aponta ainda algumas acepções de ideias: as adventícias, que externas ao sujeito e não garantem uma verdade objetiva; as fictícias, que são elaboradas pelos próprios sujeitos tendo como base o juízo, sobre as precedentes; e as inatas, ou seja, já as tem quando se nasce. Para Descartes a ideia de Deus é inata, Deus as imprimiu na consciência das criaturas (ZILLES, 1994).

Visto de outra forma, salienta-se o estudo filosófico do conhecimento, resulta em parte do valor que tem a própria posse do conhecimento. Consecutivamente, necessita-se adquirir conhecimentos verdadeiros e evitar os falsos. Assim sendo, é necessário separar as informações em aceitar o verdadeiro e rejeitar o falso. Portanto, prudentemente precisa-se buscar a verdade, mas para isso, carece-se de princípios que indiquem quando deve-se aceitar algo verdadeiro. A relação de conhecimento e experiência encontra guarida na definição do a posteriori, ou seja, o conhecimento que depende das experiências e o conhecimento a priori, que não está adscrito a experiências anteriores no sentido lógico (MOSER; MULDER; TROUT, 2008).

Por conseguinte, há de interpor-se nesta asserção, a definição de verdades analíticas e sintéticas. As verdades analíticas são verdadeiras simplesmente pelo sentido de

seus termos ou pela análise de seus conceitos. As *verdades analíticas* podem ser conhecidas a *priori*, independente da experiência. Exemplo: a 'ordem de pare'. A verdade sintética, está na correlação de um conceito com o outro de um modo que não depende diretamente de suas definições, as verdades sintéticas dependem da observação. Ex. As verdades (científicas) são exemplos paradigmáticos de verdades sintéticas (MOSER; MULDER; TROUT, 2008).

Conforme as correntes filosóficas, o ceticismo pode assumir diferentes formas e ser aproximadamente exigente. O ceticismo quanto ao conhecimento, afirma que ninguém conhece nada, nem mesmo esta afirmação. Quanto ao ceticismo irrestrito é ainda mais radical dizendo ninguém tem justificativa plausível para acreditar em nada, nem mesmo na própria afirmação. No ceticismo tem-se por base a afirmação de que não se tem certeza sobre uma verdade ou conhecimento específico. No ceticismo, o sujeito não conseguiria de apreender o objeto, o conhecimento como apreensão deste seria impossível. O ceticismo metódico decorre de pôr em dúvida tudo aquilo que aparece como certo e verdadeiro a consciência natural, excluindo todas as inverdades para obter-se um conhecimento absoluto e seguro (HESSEN, 2012).

6. O RELATIVISMO

No relativismo e no subjetivismo, tanto quanto no ceticismo, a verdade certamente existe, contudo, a sua validade é limitada. Então, no relativismo, não há verdade, já que toda verdade é relativa e, assim sendo, tem validade restrita. Porquanto, no subjetivismo faz o conhecimento depender de fatores presentes no sujeito cognoscente, no relativismo enfatiza mais a dependência que o conhecimento tem de fatores externos. Sendo que os fatores externos têm influência do meio ambiente, a época vivida e no círculo de cultura e os fatores terminantes neles contidos. No relativismo, tal o subjetivismo, sofrem de contradições que se análogas às do ceticismo. A afirmação de que não há verdade universalmente aceita, é contraditória. A validade da verdade universal da verdade tem como base a própria essência da verdade (HESSEN, 2012).

Na concepção relativista, em posição contrária ao ceticismo no que se refere à possibilidade do conhecimento humano afirma que a verdade é impossível, porque a verdade é relativa. O relativismo, naturalmente não conduz ao ceticismo, a verdade é que dirige em direção oposta. Em sendo a verdade relativa as suas próprias crenças, sua possibilidade de adquirir conhecimento é muito maior do que se a verdade fosse objetiva, deste modo, difícil de conhecer. O relativismo torna a verdade fácil de conhecer e, conseqüentemente, o conhecimento. Uma das conseqüências do relativismo refere-se ao fato que aquilo que eu sei ser verdadeira, pode ser falso para outrem. Melhor dizendo, na concepção relativista, o que é verdadeiro para uma pessoa, pode outra ter entendimento não verdadeiro (MOSER; MULDER; TROUT, 2008).

Outra questão, referente ao relativismo está a possibilidade de que as pessoas podem de algum modo, elaborar a própria verdade. Embora seja uma afirmação vaga e ambígua, todos nós podemos de certa forma tornar verdade certas coisas. Podemos tomar como exemplo uma janela aberta e estamos com frio, então, pode-se fechar a janela, portanto, tem-se o poder de criar a verdade da janela fechada. Outro modo de ver o fato, é que aquilo para nós é racional é irracional para outros (MOSER; MULDER; TROUT, 2008).

Na concepção relativista, podem duas em situações diferentes, utilizando-se dos mesmos critérios ou métodos para discernir a verdade, podem obter resultados diferentes em relação a mesma afirmação. Ou seja, uma delas pode identificar a afirmação como verdadeira, tal qual, a outra poderá identificar como falsa. Então, pode-se admitir a possibilidade de que pessoas cheguem a conclusões diferentes embora usem o mesmo critério de identificação (SILVA, 1993). Nesta perspectiva, os relativistas veem-se diante de um dilema oriundo de uma simples pergunta: a suposta verdade do relativismo é também relativa? Se assim for, a suposta verdade dos relativistas não será diferente da mera opinião de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos. De outra forma, se a verdade dos relativistas não for relativa, então teremos uma suposta verdade (MOSER; MULDER; TROUT, 2008).

Por dogmatismo, são assim definidas as posições epistemológicas qual o problema da verdade não chega a ser questionado, pois a possibilidade e a realidade em contato entre o sujeito e o objeto, tem como base, simplesmente pressuposições. Melhor dizendo, o dogmático, a relação entre sujeito e objeto não pode ser questionada. Ou seja, o objeto do conhecimento é dado como tal, e isso transcende a verdade, pois vale para o campo da percepção do pensamento. O dogmatismo se apoia na 'doxa' (opinião) e não possui critérios verificáveis de verdade (HESSEN, 2012). Por fim, podemos entender parrhesia como uma atitude, um compromisso social. Já as concepções de ceticismo, relativismo, o dogmatismo (...) referem-se a uma forma de verificação do conhecimento, da verdade.

7. CONCLUSÃO

Por fim, podemos entender que a parrhesia é essencialmente definida não tanto pelo conteúdo, já que esse é evidente e está dado: é a verdade, uma prática consignada com o discurso verdadeiro. O que infere que a parrhesia possa vir a se constituir em uma prática do discurso verdadeiro? Pois, é bem esta prática que precisa estar vinculada com as regras da prudência, de habilidades e as condições que faz com que se possa dizer a verdade, em que condições, para quem, onde e, principalmente em que ocasião, ou seja, o momento propício para dizer a verdade e as maneiras de essa será proferida, sob pena de vir tornar-se um ogro social. Portanto, quando não se conhece o assunto, ou não se tem nada a falar, o silêncio é uma das melhores configurações de expressão da verdade. Correlacionando ao conceito Aristotélico que afirma, que seremos justos, se praticar-se atos justos, temperantes se perpetrar-se a temperança nas relações, e ser verdadeiros utilizando-se de estratégias, práticas, modos de expressar-se/relacionar-se com veridicidade.

Embora seja um estudo incipiente frente a incomensurabilidade de conceitos, critérios, teorias e princípios que a embasam a filosofia e a sua intrínseca relação com a filosofia, este estudo cumpriu seu objetivo, que era de fazer-se uma reflexão sobre a parrhesia e o que este conceito pode representar para a vida familiar, social,

profissional e, principalmente, na maçonaria. Também se estabeleceu um contraponto entre os critérios de verdade, sob os constructos teóricos que regem o ceticismo, o relativismo, o dogmatismo (...). Conquanto a incipiência do trabalho, entende-se ter sido este de grande valia para o aprendizado, já que exigiu muitas leituras, reflexões, fazer e refazer a redação textual. Uma das dificuldades encontradas está em fazer as ligações de diferentes concepções dos critérios de verdade, por vezes parece-se estar peregrinando por caminhos tortuosos e que, efetivamente, não se conhece o ponto de chegada.

Por fim, podemos dizer que a lisonja se difere do elogio e do reconhecimento pessoal, social e profissional? A diferença está no fato que a lisonja é um artifício para a obtenção de ganhos e a sua argumentação não correspondem a fatos, enquanto o elogio e/ou reconhecimento necessariamente precisam estar sedimentados em eventos verdadeiros.

7. REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret. 2004.

COSTA, G. B. N. **Criação de si entre a parrhesia e a hipocrisia: etopoiética do cuidado de si**. *kriterion*, Belo Horizonte, nº 137, Ago/2017, p. 351-371.

DA CAMINO, R. **Breviário Maçônico**. São Paulo, Madras, 2017.

DESCARTES, R. **Discurso do método**. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2017.

FADISTA, A. R. **A lei iniciática do silêncio**. 2013. Disponível em: <https://www.maconaria.net/a-lei-iniciatica-do-silencio/>

FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito**. 3. Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010a.

FOUCAULT, M. **O governo de si e dos outros**. 3. Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010b.

HESSEN, Johannes. **Teoria do conhecimento**. 3. Ed. São Paulo: Martins Fontes. 2012.

KANT, I. **Crítica da razão pura**. 5. Ed. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1996.

MELO, J. P. **Artesão de si mesmo**. São Paulo. Revista Universo Maçônico, Ano XII, nº 41, 2019.

MOSER, P. K.; MULDER, D. H.; TROUT, J. D. **A teoria do conhecimento**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2.ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

PASCAL, G. **Compreender Kant**. Petrópolis: Vozes, 2011.

PINHEIRO, I. A. **Buscadores da verdade... Sois mesmo?** Ad Lucem. São Luís, Vol. I, nº. 2, p. 14-28, Mai/Ago, 2021.

ROSENFELD, D. L. **Vida e obra in Descartes, René. Discurso do método**. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2017.

SILVA, F. L. **Descartes. A metafísica da modernidade**. São Paulo: Moderna, 1993.

VARNIER, J. **Aristóteles para quem busca a felicidade: a resposta da filosofia para tudo aquilo que amamos**. Trad. Sally Tilleli. São Paulo: Editora Gente, 2016.

ZILLES, U. **Teoria do conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS. 1994.